

## A POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO- DECRETO Nº 9.765, DE 11 DE ABRIL DE 2019: NA CONTRAMÃO DA LEITURA E COMPREENSÃO DE MUNDO

Maria Fernanda dos Santos Alencar\*  
Cintha Torres Melo\*\*

**Resumo:** este artigo aponta reflexões sobre a proposta de alfabetização centrada no método fônico de leitura e de aprendizagem da escrita apresentada pelo Plano Nacional de Alfabetização (2019), do Ministério da Educação-Secretaria de Alfabetização, que orienta o ensino e a aprendizagem da leitura e da escrita de estudantes do ensino fundamental - anos iniciais e da EJA por meio do modelo fônico. Neste sentido, busca o diálogo com discussões teóricas sobre alfabetização e o seu fazer pedagógico trazidas por Paulo Freire, compreendendo que os professores desenvolvem caminhos diversificados para o processo de alfabetização e que a leitura da palavra é a leitura da “palavramundo” (FREIRE, 2005).

**Palavras-chave:** Alfabetização. Paulo Freire. Ensino Fundamental- Anos Iniciais. EJA.

### THE NATIONAL LITERACY POLICY - DECREE Nº. 9.765, OF APRIL 11, 2019: AGAINST WORLD READING AND UNDERSTANDING

**Abstract:** This article points out reflections on the literacy proposal centered on the phonic method of reading and learning to write presented by the National Literacy Plan (2019), of the Ministry of Education-Secretary of Literacy, which guides the teaching and learning of reading and writing of elementary school students-initial years and Youth and Adult Education through the phonic model. In this sense, it seeks dialogue with theoretical discussions about literacy and its pedagogical work brought by Paulo Freire, understanding that teachers develop diversified paths for the literacy process and that reading the word is reading the “word world” (FREIRE, 2005 ).

**Keywords:** Literacy. Paulo Freire. Elementary School- Early Years. EJA.

### Introdução

O Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, instituiu a Política Nacional de Alfabetização (PNA), organizada pelo Ministério da Educação por meio da Secretaria de Alfabetização (Sealf) que a apresenta com o *slogan* “Alfabetização Acima de Tudo”. O documento apresenta uma proposta de pressupostos teóricos e metodológicos para o ensino da leitura e da escrita para os anos iniciais do ensino fundamental e para a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). Salientamos, entretanto, que a EJA é tratada de forma sucinta, em dois

parágrafos, no item 2.5.

A PNA apresenta concepções de leitura e de escrita com base essencialmente no método fônico, largamente defendido e utilizado até a década de 80, baseando-se no ensino da leitura e da escrita a partir da associação entre um símbolo (letra ou grafema) e o seu som (fonema). Com a larga discussão sobre o letramento, na perspectiva do uso social da leitura e da escrita, iniciada em meados da década de 80 e motivada por uma mudança de paradigma na concepção de ensino de língua portuguesa, ganham força os estudos e as pesquisas que defendiam que o método fônico não deveria mais ser o único método de ensino da leitura e da escrita.

O método fônico seria um dos processos para o ensino dessas habilidades juntamente com o letramento. A nova concepção de ensino de língua defendia a perspectiva interacionista da enunciação. Uma concepção pautada não mais no mecanicismo associacionista da psicologia da aprendizagem, vigente até a metade dos anos 80, mas nos novos estudos da psicologia genética e da psicolinguística que se articulavam à concepção de língua como enunciação em contextos diversos de práticas discursivas que levavam em conta o tempo e o espaço onde se ensina e para quem se ensina (SOARES, 1998).

Para Santos; Santos e Pinheiro (2020), pensar a alfabetização apenas com base no método fônico desencadeia reducionismos conceituais e metodológicos sobre o processo de alfabetização além de desconsiderar pesquisas realizadas sobre alfabetização e letramento, colocando o foco na literacia associacionista. Há quase três décadas, cronologicamente, avançaram as discussões e as pesquisas que refutam o método fônico como o método único para a alfabetização de crianças e de jovens e adultos.

Neste contexto, o presente artigo traz uma reflexão sobre o que propõe a Política Nacional de Alfabetização para o ensino e a aprendizagem da leitura e da escrita de estudantes do ensino fundamental - anos iniciais e da EJA, tendo por inquietação a seguinte questão: de que forma a política de alfabetização, posta pela PNA, constitui um retrocesso à prática pedagógica de ensino da aquisição da leitura e da escrita nos anos iniciais e na educação de jovens e adultos (EJA)?

Para iniciarmos o diálogo com o objeto de estudo proposto, debruçamo-

nos nas discussões sobre alfabetização e o seu fazer pedagógico trazidas por Paulo Freire nos livros intitulados “Pedagogia do Oprimido” (2005) e “Conscientização: teoria e prática da libertação - uma introdução ao pensamento de Paulo Freire” e por Freire e Macedo (2006) “Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra”.

As três obras citadas nos fazem compreender que a concepção de alfabetização, na perspectiva de Freire, se constitui na leitura da palavra, ou seja, na leitura da chamada “palavramundo” (FREIRE, 2005, 2006; FREIRE; MACEDO, 2006). Nessas obras, a alfabetização e o processo de aprendizagem da leitura e da escrita têm por base a perspectiva da enunciação na qual se considera o papel dos diversos contextos das realidades dos sujeitos. Neste sentido, a leitura de mundo, a “palavramundo” se funde com a perspectiva de letramento social como parte do processo da alfabetização. Esse processo se torna possibilitador da transformação humana e da realidade em que são alfabetizadas crianças, jovens e adultos na perspectiva do letramento social, tendo por base o desenvolvimento da criticidade, criatividade, interpretação, releitura e reescrita produzidas a partir do conhecimento de mundo, das vivências e das experiências de seus estudantes, e também dos conhecimentos específicos de cada área do conhecimento enciclopédico e científico escolar.

Nas próximas duas sessões, em uma perspectiva dialógica, refletimos primeiramente sobre a proposta do método fônico prescrito pela PNA-2019, à luz de autores como Soares (1998; 2004); Santana e Lustrosa (2020); Mortatti (2006; 2019; 2020); Santos, Santos e Pinheiro (2020); Bunzen (2019); Gabriel (2017) e Leal (2019)<sup>1</sup>. No segundo momento, analisamos, a partir dos pensamentos de Freire (2006, 2005) e Freire e Macedo (2006), o conceito e as estratégias para o processo de alfabetização na perspectiva *utópico-política* do ser para uma práxis de leitura da “palavramundo” transformadora .

## **1 Política Nacional de Alfabetização - PNA (2019): uma perspectiva de**

---

<sup>1</sup>Dentre esses autores estão alguns que contribuíram na Edição Especial da Revista Brasileira de Alfabetização - ABAIf | ISSN: 2446-8584. Julho/dezembro 2019 | v. 1 | n. 10 (Edição Especial), da Associação Brasileira de Alfabetização, para a qual sugerimos a leitura.

## **língua e de ensino de língua que volta ao passado**

A educação brasileira, desde a LDB 9394/96, vem se reestruturando para o atendimento de um processo educacional que possibilite o atendimento às especificidades considerando as diferenças culturais, pessoais, territoriais dentre outras. Neste sentido, as políticas afirmativas e o repensar os processos educacionais escolares para a inclusão, em suas diferenças e especificidades, foram essenciais. Ou seja, não é apenas necessário ingressar ou estar na escola, mas, sobretudo, aprender e continuar na escola com:

A compreensão de que a diferença é inerente ao ser humano e, portanto, que todos somos diferentes (e não apenas alguns), é chave para a construção de uma escola mais plural, quanto às características de seus estudantes, assim como, às possibilidades de ensino (SANTANA, LUSTROSA, 2020, p. 53).

A alfabetização, ou o ensino da escrita e da leitura, de crianças no ensino fundamental - anos iniciais e de jovens e adultos, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, sempre foi espaço de conflitos porque envolve dimensões do pensar pedagógico e do ideológico. Nos processos, paradigmas e métodos educacionais de alfabetização escolar estão inclusos uma concepção de sociedade e de formação de sujeito que se pauta numa concepção de língua e ensino de língua. Pensar a alfabetização é pensar como as crianças e as pessoas jovens e adultas irão ler, compreender, interpretar, conhecer, escrever, viver e vivenciar o mundo e as suas relações. Por isso, há uma disputa quanto à perspectiva ideológica posta nos processos que estruturam as políticas educacionais: currículo, formação de professores, material didático, estratégias didático-metodológicas de como ensinar e de como aprender.

A compreensão de língua e de ensino de língua que perdurou dos anos 50 e 60 pautava-se na língua como sistema. Nessa perspectiva, o ensinar a ler e a escrever baseava-se no conhecer/reconhecer o sistema linguístico através da análise gramatical objetivando levar o estudante ao texto e reconhecer as estruturas linguísticas existentes neles (SOARES, 1998). Na década de 60, o ensino começa a voltar sua atenção para as questões de leitura e de compreensão de texto já presentes nos livros didáticos. Essa foi uma época em que as escolas serviam massivamente aos filhos das classes privilegiadas da

sociedade. Esses já adentravam a escola com domínio do uso da norma culta da língua por extensão de seu uso por toda a família, conforme afirma Soares (1998).

Em meados dos anos 60, houve, marcadamente, um novo paradigma na concepção de língua trazido por novas condições sociopolíticas advindas do processo da ampla democratização da escola que abriu as suas portas para as camadas populares que trouxeram para dentro da escola a presença de variantes linguísticas e de padrões culturais pertencentes às camadas populares, não usadas ou reconhecidas como cultas pelas camadas privilegiadas. Embora o movimento de democratização da escola pública já viesse acontecendo lentamente, desde o final dos anos 50, a escola ainda resistia e focava em continuar atendendo aos estudantes das camadas privilegiadas da sociedade mantendo o ensino de língua portuguesa para esse público como sistema de conhecer/reconhecer os códigos e regras do português.

Paralelamente à democratização das escolas públicas, houve também, na década de 60, o início do período do regime militar ditatorial trazendo consigo o foco no capitalismo e na expansão industrial (SOARES, 1998). E é nesse cenário que uma nova concepção de língua e ensino de língua surge criando a perspectiva de língua como instrumento de comunicação a fim de instrumentalizar as classes populares para estarem aptas às exigências de leitura e escrita para o ambiente de trabalho e o desenvolvimento das indústrias (SOARES, 1998). O ensino da leitura e da escrita se pauta na relação emissor-codificador e receptor-decodificador, cuja base estava na teoria da comunicação voltada para o desenvolvimento e comportamento do estudante para a leitura, a escrita e a compreensão de mensagens não só de textos literários, mas também de textos informativos diversos.

Apesar da ampliação da leitura para textos diversos circulantes na sociedade, oportunizado pela concepção de língua como instrumento de comunicação, o processo de alfabetização ainda continuava centrado no método associacionista, no entendimento de língua como sistema de conhecimento e reconhecimento dos códigos da língua portuguesa, baseado tradicionalmente no método fônico símbolo-som. Essa concepção já estava relegada ao segundo plano; vindo a ser fortemente questionada como eficaz em meados dos anos 80,

após a redemocratização do país e com os estudos e discussões sobre o letramento na perspectiva interacional da enunciação e do discurso cuja base emergia das discussões da psicologia genética<sup>2</sup> e da psicolinguística. Nesses estudos e discussões, o contexto social ganha destaque fortalecendo a compreensão de língua e de ensino de língua como enunciação e discurso socialmente situados nas práticas de letramento dentro e fora da escola.

É com base no cenário das contextualizações acima sobre concepções de língua e de ensino de língua que a PNA vem desencadeando inúmeras críticas quanto à abordagem teórica, ao método escolhido, à materialidade da mesma e ao entendimento de alfabetização, literacia e numeracia defendidos por ela. Neste contexto, nos propomos a discutir algumas dessas vertentes, mas principalmente no que se refere à abordagem científica e ao método de alfabetização que retornam a um passado da pedagogia tradicional no que diz respeito ao processo de alfabetização.

## **2 Algumas Abordagens Científicas quanto ao Método de Alfabetização a partir dos anos 2000**

Para Mortatti (2006), a história da alfabetização está contida na história dos métodos de alfabetização que em disputas se alicerçam por explicações para um mesmo problema: a dificuldade que as crianças têm, especialmente na escola pública, em aprender a ler e a escrever. E no enfrentamento desse problema, ocorre uma “multiplicidade de tematizações, normatizações e concretizações” que caracterizam um “complexo movimento histórico de constituição da alfabetização como prática escolar e como objeto de estudo/pesquisa” (MORTATTI, 2006, p. 1).

É nesse contexto de busca por soluções para o processo de aprendizagem da escrita e da leitura que vimos, em 2019, a volta de um método

---

<sup>2</sup>“Essa dimensão, em Psicologia, tem como característica essencial, o estudo de condutas ou funções de forma a priorizar suas mudanças, transformações e mesmo suas origens, não se limitando assim ao estudo das mesmas em sua forma ou “estado” final, acabado e estático. Os estudos realizados em uma perspectiva genética partem do pressuposto que só se pode compreender a natureza de um comportamento se levarmos em conta sua história, sua gênese (LEITE, 2001, p.170)”.

de alfabetização que foi ultrapassado nas discussões e pesquisas científicas iniciadas no final da década de 80; e fortemente alavancado pelos anos 2000: o método fônico de alfabetização, proposto na atual Política Nacional de Alfabetizado (PNA), instituída pelo Governo de Messias Bolsonaro, por meio do Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019. A PNA apresenta em seu Art. 3º (IV-X) os princípios e os objetivos que orientam a proposta de alfabetização:

IV - ênfase no ensino de seis componentes essenciais para a alfabetização:

- a) consciência fonêmica;
- b) instrução fônica sistemática;
- c) fluência em leitura oral;
- d) desenvolvimento de vocabulário;
- e) compreensão de textos; e
- f) produção de escrita;

V - adoção de referenciais de políticas públicas exitosas, nacionais e estrangeiras, baseadas em evidências científicas;

VI - integração entre as práticas pedagógicas de linguagem, literacia e numeracia;

VII - reconhecimento de que o desenvolvimento integral da criança pressupõe a inter-relação e a interdependência dos domínios físico, socioemocional, cognitivo, da linguagem, da literacia e da numeracia;

VIII - aprendizagem da leitura, da escrita e da matemática básica como instrumento de superação de vulnerabilidades sociais e condição para o exercício pleno da cidadania;

IX - igualdade de oportunidades educacionais; e

X - reconhecimento da família como um dos agentes do processo de alfabetização. (BRASIL, 2019a)

De acordo com a PNA, os seus princípios e objetivos se sustentam na abordagem das Ciências Cognitivas, ou seja, a Psicologia Cognitiva e a Neurociência Cognitiva. Essas acolhem a Leitura como a “que se ocupa especialmente dos processos linguísticos, cognitivos e cerebrais envolvidos na aprendizagem e no ensino das habilidades de leitura e de escrita” (BRASIL, 2019b, p. 20), porque se “apresenta um conjunto vigoroso de evidências sobre como as pessoas aprendem a ler e escrever e indica os caminhos mais eficazes para o ensino da leitura e da escrita” (BRASIL, 2019b, p. 7).

Esse direcionamento tem sido considerado problemático uma vez que se ancora em estudos e pesquisas que investigam o comportamento cerebral e os modelos cognitivos que envolvem o processamento da leitura. Assim, ao focar-se na perspectiva comportamental cognitiva com base em sistemas de

reconhecimento de códigos verbais e não verbais, a PNA se apoia apenas numa perspectiva de alfabetização, a do método fônico para o ensino da leitura e da escrita. Neste sentido, desvaloriza estudos desenvolvidos no Brasil por pesquisadores da educação, da sociocognição e da psicolinguística no viés interacionista da alfabetização e do funcionamento do sistema de escrita como, por exemplo, Magda Soares, Emília Ferreiro e Ana Teberosky; e de Paulo Freire, de modo específico, nos estudos dos processos de alfabetização de jovens e adultos.

A PNA justifica a opção pelo método fônico tendo por análise a avaliação negativa do desenvolvimento da escrita e da leitura dos estudantes da educação básica, silenciando-se a respeito dos resultados de avaliações externas como os do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Acolhe, para a finalidade proposta, duas avaliações externas: a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) e o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA). Para Leal (2019, p. 80), esses instrumentos não são apropriados para a finalidade dada pelo MEC porque a Avaliação Nacional da Alfabetização “é uma avaliação recente, que não poderia ser utilizada ainda para avaliar o programa de alfabetização que estava em andamento, pois foi iniciada em 2014” e o PISA porque:

os dados não podem ser usados para avaliar o Programa que estava em andamento e não serve para validar o Método Fônico [...]. Além disso, contempla os resultados de aprendizagem de jovens com 15 anos. Desse modo, as políticas que estavam em andamento na alfabetização não tinham alcançado ainda esse grupo avaliado (LEAL, 2019, p. 81).

Observa-se, por meio do que expõe Leal (2019, p.81), o uso de argumentos de resultados de avaliações não pertinentes para impor uma PNA com uma abordagem científica e um método de alfabetização que prezam pela memorização e treinamento, o que favorece a desmotivação da aprendizagem e as compreensões do desenvolvimento de alfabetização pelos próprios estudantes.

Rocha, Oliveira, Santos (2019) explicam que há um encaminhamento pessoal e ideológico no processo de desvalorização, descaracterização das abordagens e métodos de alfabetização estudados que embasam os processos

de alfabetização, considerando que:

Carlos Nadalim. Autor do blog “Como Educar seus Filhos”, defensor do método fônico e, declaradamente, contrário às propostas e estudos de Magda Soares e Paulo Freire, sua defesa associa-se mais aos pressupostos teóricos de autores que são citados em seus vídeos e escritos e, óbvio, referenciados na PNA, no grupo de especialistas colaboradores apresentados na folha de ficha catalográfica do documento (ROCHA, OLIVEIRA, SANTOS, 2019, p. 118).

A partir dessa relação que envolve interesses pessoais e profissionais, Rocha, Oliveira, Santos (2019) salientam o viés direcionador hegemônico da compreensão e escolha do pressuposto teórico (Ciência Cognitiva da Leitura) e do método (o fônico) orientadores dos seis componentes elencados no Inciso IV do PNA, considerados essenciais para a alfabetização: consciência fonêmica, instrução fônica sistemática, fluência em leitura oral, desenvolvimento de vocabulário, compreensão de textos e produção escrita (BRASIL, 2019a).

Na reflexão dos componentes, enquanto proposta da PNA, os autores elaboram a seguinte problemática que consideramos pertinente e preocupante:

a partir desses componentes, a proposta da PNA é de parametrização da leitura e da escrita, mensurando a capacidade da criança de ler e escrever em níveis que atestarão a eficácia do ensino. Uma questão, a nosso ver, um tanto problemática, pois alimenta ainda mais as desigualdades e faz com que a alfabetização na escola, tal como apontou Smolka, se reduza a “um processo, individualista e solitário, que configura um determinado tipo de sujeito” (2008, p. 50). Outrossim, essa questão também incita uma rotulação da criança: das que sabem e das que não sabem; das que são capazes e das que não são capazes, entre outros estigmas (ROCHA, OLIVEIRA, SANTOS, 2019, p. 118-119).

Além da problemática posta pelos autores, ainda há muitas outras questões levantadas por outros estudos que torna a PNA um retrocesso aos avanços obtidos em relação aos estudos, discussões, debates e experiências didático-pedagógicas desenvolvidas nas escolas das redes municipais, estaduais e também nos espaços de formação inicial e continuada de professores.

Assim, se observa um descompasso em relação a outros instrumentos de normatização da educação básica como, por exemplo, o Plano Nacional de

Educação (PNE- Lei 13005/2014). Este orienta em sua Meta 5 que se deve “Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental” (BRASIL, 2014); enquanto o PNA, sem a devida atenção, expressa que essa deva se dar no 1º ano do ensino fundamental, reduzindo o que se chama de ciclo de alfabetização posto no PNE. Para além do que está posto no PNE, há o apagamento do termo e da concepção de letramento.

O documento da Política Nacional de Alfabetização faz uso do termo literacia (SANTOS, SANTOS, PINHEIRO, 2020), explicando que é “o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionados à leitura e à escrita, bem como sua prática produtiva” (BRASIL, 2019b, p. 21), inserindo a proposição de uma literacia familiar sem possibilitar maiores compreensões sobre o assunto. Nesta direção e fundamentada pelos trabalhos de Shanahan, T.; Shanahan, C., (2008, *apud* BRASIL, 2019b), a literacia ocorre em níveis ilustrados por meio do sistema de pirâmide: a básica se encontra na base da pirâmide. Neste nível estão os estudantes da pré-escola e do 1º ano do ensino fundamental. Esta etapa se propõe a aquisição das habilidades fundamentais para a alfabetização. No segundo nível da pirâmide se encontra a intermediária. Esta compreende do 2º ao 5º ano do ensino fundamental, abrange o desenvolvimento de habilidades para a fluência em leitura oral. O topo da pirâmide corresponde ao da literacia disciplinar. Nesta estão inseridos os estudantes do 6º ano ao ensino médio. Sua finalidade é desenvolver habilidades de leitura para os conteúdos específicos de disciplinas, como geografia, biologia e história (BRASIL, 2019b). Este modelo se organiza em torno de uma ordem hierárquica de conteúdos para habilidades a serem desenvolvidas, constituindo-se no paradigma da tessitura do conhecimento que se fundamenta na imagem da ‘Árvore do conhecimento’<sup>3</sup> (OLIVEIRA, 2007, p. 87). Ademais, a PNA não aborda os outros componentes curriculares como Sociologia, Filosofia, Literatura entre outros necessários ao

---

<sup>3</sup> O paradigma da Árvore do Conhecimento diz que esse “pressupõe linearidade, sucessão e seqüenciamento obrigatório, do mais simples ao mais complexo, dos saberes aos quais se deve ter acesso”. Para Oliveira (2007), esse paradigma anula a ideia da tecitura do conhecimento em rede, que contrariando a ‘Arvore do conhecimento’ “pressupõe, [...], que as informações às quais são submetidos os sujeitos sociais só passam a constituir conhecimento quando se enredam a outros fios já presentes nas redes de saberes de cada um, ganhando, nesse processo, um sentido próprio, não necessariamente aquele que o transmissor da informação pressupõe”. (OLIVEIRA, 2007, p.87).

processo de formação integral dos estudantes.

Neste cenário, a proposta da PNA retrocede a autonomia dos professores, das escolas e dos sistemas de ensino municipal e estadual. O processo de alfabetização é também um processo discursivo e contextual que implica também em compreender os diferentes sujeitos, seus saberes, as diferentes realidades, os diferentes modos e formas de aprender, as diferentes estratégias e abordagens acerca da aprendizagem dos estudantes, dos saberes produzidos pelos professores e pelos estudiosos sobre processos de alfabetização. Esse reconhecimento oferece possibilidades de associação, interação e reflexões sobre métodos de alfabetização e abordagens que vão além do método fônico, da codificação e da decodificação de símbolos e sons em que a leitura e o ensino da leitura se tornam mecânicos. Nesse, o foco é a leitura e a escrita como produtos de modelos e habilidades a serem conquistados, desconsiderando os processos discursivos nos quais a interação entre os diversos contextos da aprendizagem se dá correlatamente aos saberes das crianças e dos jovens e adolescentes.

Na anulação dos conhecimentos construídos, a PNA desconsidera a dimensão do letramento na trajetória da alfabetização uma vez que:

[...] “silencia” o termo letramento (SOARES, 2014) do discurso oficial sobre alfabetização no Brasil, impondo em seu lugar o termo literacia (MORAIS, 2014), o qual não configura sinônimo do termo letramento por duas questões: desconsiderar os aspectos sociais de uso da língua; e traduzir-se como conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionados à leitura e à escrita, assim como a sua prática produtiva (entenda-se prática produtiva como codificação da língua em palavras e pequenos textos, conforme exposto na PNA) (SANTOS, SANTOS, PINHEIRO, 2020, p. 168).

Os processos de alfabetização e de letramentos, embora distintos, são indissociáveis, somam-se e desenvolvem-se na perspectiva de aprender uma técnica e saber usá-la (SOARES, 2004), possibilitando as práticas sociais da leitura e da escrita e não simplesmente aprender a codificação e a decodificação como proposto na PNA. Esse processo impossibilita a formação crítica de sujeitos que possam ler e compreender o mundo.

É na perspectiva de um processo de alfabetização aliado ao de letramento que, no próximo título, discutiremos a concepção freireana de alfabetização,

colocando-a, em consequência do momento político em que o Brasil se situa, como uma concepção e proposição contra-hegemônica, por entendemos que a atual PNA, além de inviabilizá-la, retroage a outra concepção de alfabetização que a remete às práticas de alfabetização dos anos 50 aos meados dos anos 80.

A nossa percepção se fortalece no que afirma Mortatti (2019, p.26), primeiro porque a PNA “integra o projeto político-ideológico neoliberal e ultraconservador do atual governo federal e está estrategicamente articulada às demais medidas de destruição dos avanços democráticos conquistados pela população brasileira nas últimas décadas”. E segundo porque estamos em uma “guinada” (ideo) metodológica para trás e pela direita, apreensível no entrecruzamento de ao menos três possibilidades de sentidos relacionados entre si: “[...] ‘querela dos métodos’, ‘guerra dos métodos’/ ‘cruzada ideológica’ e um caso de ‘sciencefare.’” (MORTATTI, 2019, p.26).

#### **4 Um Estudo a partir de Freire sobre a Política Nacional de Alfabetização (PNA-2019)**

A PNA traz à discussão abordagens teóricas, metodológicas e estratégias para o ensino da leitura e da escrita, ou seja, a alfabetização de crianças e de jovens e adultos, reconhecidamente atrasadas e questionadas do ponto de vista dos estudos promovidos por pesquisadores sobre a alfabetização nos últimos 30 anos.

Um dos estudos de Soares (2004) aponta que a alfabetização traz a seu campo epistemológico perspectivas de diversas áreas do conhecimento para além do da educação, como a sociolinguística, psicologia, psicolinguística dentre outras. Para Soares, a alfabetização não é uma habilidade, mas um conjunto de habilidades que se desenvolve a partir da integração de diferentes áreas do conhecimento sobre as diferentes facetas do processo de desenvolvimento da alfabetização interligado ao de letramento. Neste pensar, considera que se exige para essa finalidade um conjunto de habilidades e não apenas uma única:

Dissociar alfabetização e letramento é um equívoco porque, no quadro das atuais concepções psicológicas, lingüísticas e

psicolinguísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita ocorre simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita – a alfabetização – e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita – o letramento. (SOARES, 2004, p. 14).

Assim, há a defesa por uma inter-relação, articulação e integração entre os processos que possibilitam a alfabetização de crianças e adultos, porque

Não são processos independentes, mas interdependentes, e indissociáveis: a alfabetização desenvolve-se no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só se pode desenvolver no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema–grafema, isto é, em dependência da alfabetização (SOARES, 2004, p. 14).

É na possibilidade do diálogo com as referências de Soares que trazemos o pensamento de Paulo Freire. A perspectiva de alfabetização freireana acolhe a dimensão política ao enfatizar o papel político da alfabetização porque está inserido no interior de um projeto político-socioeconômico e cultural de sociedade e de formação de pessoas.

A proposta freireana traz a afirmação de que os educandos em seus processos de desenvolvimento de conhecimento trazem consigo suas vivências, saberes, histórias, portanto, as suas palavras são constituídas por um estar no mundo. Freire (2005, p. 21) afirma que

A alfabetização não é um jogo de palavras; é a consciência reflexiva da cultura, a reconstrução crítica do mundo humano, a abertura de novos caminhos [...]. A alfabetização, portanto, é toda a pedagogia: aprender a ler é aprender a dizer a sua palavra.

Nesse sentido, no processo de alfabetização, “a língua dos alunos é o único meio pelo qual podem desenvolver sua própria voz, pré-requisito para o desenvolvimento positivo do próprio valor” (FREIRE, MACEDO, 2006, p. 99). Nessa perspectiva, observamos que a PNA anula as dimensões discutidas e apresentadas por Soares (2004) e Freire (2005) sobre os processos de alfabetização seja ele com crianças, ou com adultos. É um retrocesso da finalidade da educação: a formação para o pensar, o estar no mundo, conhecer

e compreender o mundo e com ele, na reflexão, dizer a sua palavra e transformá-lo, pois “A palavra, como comportamento humano, significante do mundo, não designa apenas as coisas, transforma-as; não é só pensamento, é práxis” (FREIRE, 2005, p. 19).

Nesse pensar e acolhimento teórico, considerar a alfabetização na perspectiva freireana é compreendê-la como leitura de mundo, como leitura da “palavramundo” (FREIRE, 2005; FREIRE; MACEDO, 2006). Foi nessa perspectiva utópica<sup>4</sup> que Freire desenvolveu sua compreensão sobre o processo de alfabetização. Para Freire (2006), a alfabetização é um processo de descodificação da realidade, é um ato de criação que cria outros atos criadores, cujo educando, em seu processo de aprendizagem, “desenvolve a atividade e a vivacidade da invenção e da reinvenção, características dos estados de procura” (FREIRE, 2006, p. 47).

Assim, o método de alfabetização não pode ser mecânico na relação entre letras e sons, sem a compreensão do seu significado e os sentidos contextualmente situados no universo que compõe o tempo e o espaço daqueles que estão aprendendo. Por isso, “as lições que citam “Pedro viu a asa”, “A asa é do pássaro”; ou as que falam de “Eva e as uvas” [...] sabem pouquíssimo sobre Eva e jamais comeram uvas” (FREIRE, 2006, p. 47).

Freire, em oposição a esse processo bancário de educação, que não insere os educandos no mundo da escrita e da realidade vivenciada, alicerçou sua “descrença inicial em relação aos abecedários que pretendem oferecer a montagem dos signos gráficos, reduzindo o analfabeto ao estado de objeto e não de sujeito de sua própria alfabetização” (FREIRE, 2006, p. 48). Assim, desenvolveu, explicou e sustentou sua utopia, desenvolvida na práxis, do que se denominou método Paulo Freire de Alfabetização.

---

<sup>4</sup> Para Freire (2006), a utopia é um ato de conhecimento e por meio dela não apenas denunciamos a estrutura desumanizadora, mas também anunciamos a estrutura humanizante. Entretanto, para essa finalidade necessitamos conhecer a estrutura desumanizante, o que ocorre na práxis, na atuação da transformação de um anteprojeto em projeto. Neste sentido, a conscientização está ligada e implica utopia porque quanto mais conhecemos a estrutura mais denunciamos e anunciamos, no compromisso da práxis transformadora.

E isso ocorre justamente porque Freire (2006) trata a relação pedagógica como uma instituição de dinâmica estrutural que conduz à sustentação de um paradigma que impõe às classes o caminho do saber para a manutenção da situação de opressão, conduzindo à escravização das consciências.

Desse modo, a opressão encontra na lógica do sistema de ensino atual um instrumento de eleição para fazer aceitar e prolongar o *status quo*; quer dizer, “sob pretexto de melhorar e de integrar socialmente a ação pedagógica, contribui para aprofundar e legalizar um abismo profundo entre as classes”. (FREIRE, 2006, p. 89).

Por isso, há a necessidade de análise de propostas de políticas, como a PNA, para inserção nos sistemas de ensino que negam pedagogias outras e que desconsideram outros campos da ciência na definição de políticas públicas de alfabetização promovidas nos últimos anos. Mais do que importante, torna-se necessário.

Nesse sentido, compreendermos, a partir dos estudos promovidos em Freire, que o educando é parte do mundo e das relações que são construídas nesses contatos, estabelecendo “uma ação sobre a linguagem escrita que o alfabetiza” (BARRETO, 2005, p. 89), explicando a si mesmo de que modo a escrita se organiza. Nesse entendimento, tanto o sujeito alfabetizador quanto o educando-alfabetizado, em seu processo de alfabetização, são e fazem parte de um processo/ato de aprendizagem do ensinar-aprender a ler e a escrever porque são/estão situados no mundo, mediados pela prática transformadora desse mundo, em suas relações e processos da ação pedagógica da alfabetização.

### **Considerações finais**

Após reflexões e discussões aqui tecidas sobre alguns pontos da Política Nacional de Alfabetização (2019), fortalecemos a perspectiva de que a PNA é uma política de retrocesso no processo de alfabetização quando a centra essencialmente no método fônico e procura negar outros campos da ciência que, desde meados dos anos 80, vêm discutindo e ampliando métodos de alfabetizar com letramentos sociais, encorpendo as pesquisas na direção de políticas públicas de alfabetização com avanços em ações e projetos pedagógicos

desenvolvidos nas últimas três décadas nos sistemas de ensino.

Por tais razões, destacamos pontos relevantes que necessitam continuar sendo discutidos e pesquisados em relação à proposta de alfabetização da PNA (2019). São eles: 1) ausência de uma concepção clara no que diz respeito à alfabetização; 2) a não referência ao conceito e aos processos de letramento(s); 3) a adoção de um modelo único teórico e metodológico (método fônico) para todo o Brasil, desconsiderando as singularidades locais, regionais e experiências; e 4) não considerar que o analfabetismo e a situação de analfabetismo funcional que assola o Brasil decorrem de um processo histórico de desigualdade social e da negação de direitos à escolarização de qualidade para as pessoas de classes subalternizadas e inferiorizadas que ficaram e ficam à margem das políticas sociais.

Para Freire (2006) e Freire e Macedo (2006), a alfabetização é uma forma de política cultural e como tal serve também para empoderar a quem tem acesso a este direito e as pessoas que estão no entorno dos alfabetizandos. É um construto significativo porque, como um conjunto de práticas, funciona para empoderar as pessoas, podendo promover a condição democrática e emancipadora de transformação e de inserção de novas práxis críticas e libertadoras.

Souza (2009) explica que os professores devem, podem e fazem de seus conhecimentos o saber-fazer e assim deve ser porque com os seus saberes, melhor desenvolvem as suas atividades para as finalidades as quais se destinam e contribuem para o sucesso dos trabalhadores-estudantes. E neste caminho, compreendemos, como outros autores já o dizem em relação à proposta da PNA, de que se estabelece um retrocesso aos estudos, pesquisas e fazer científico, bem como às práticas desenvolvidas pelos professores que marcaram avanços nos últimos 30 anos.

## **Notas**

\* Doutora em Educação, Professora da Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste, [fernanda.alencar@ufpe.br](mailto:fernanda.alencar@ufpe.br)

\*\* Doutora em Linguística, Professora da Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste, [cinthya.melo@ufpe.br](mailto:cinthya.melo@ufpe.br)

## Referências

BARRETO, Vera. A construção da leitura e da Escrita na perspectiva da Educação Popular. In: BORGES, Liana; BRANDÃO, Sergio Vieira. (Orgs.). **Diálogos com Paulo Freire**. Tramandaí/RS: Isis Editora, 2005.

BRASIL. **Decreto Nº 9.765, de 11 de abril de 2019**. Institui a Política Nacional de Alfabetização. 2019a. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/71137476/do1e-2019-04-11-decreto-n-9-765-de-11-de-abril-de-2019-71137431](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/71137476/do1e-2019-04-11-decreto-n-9-765-de-11-de-abril-de-2019-71137431). Acesso em mai. 2020.

BRASIL. **PNA Política Nacional de Alfabetização**/Secretaria de Alfabetização. – Brasília: MEC, SEALF, 2019b. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno\\_pna\\_final.pdf](http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf). Acesso em mai. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 43ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A, 2005.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação. Uma introdução ao Pensamento de Paulo Freire. 3ª ed. São Paulo: Centauro, 2006.

FREIRE, Paulo. MACEDO, Donaldo. **Alfabetização**: leitura do mundo, leitura da palavra. 4ª ed. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 2006.

LEAL, Telma Ferraz. Apontamentos sobre a Política Nacional de Alfabetização 2019. **Revista Brasileira de Alfabetização- ABAIf**. v. 1, n. 10 (Edição Especial). Jul.Dez. 2019. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/358>. Acesso em 10 jul.2021. Acesso 25 mar. 2020

LEITE, Luci Banks. A perspectiva genética em Psicologia: aspectos das teorias de Wallon e Piaget. **Revista Pró-Proposições**, v. 12, n. 2-3 (35-36), jul.-noy, 2001. Disponível em [https://www.google.com/search?q=psicologia+gen%C3%A9tica+consep%C3%A7%C3%B5es&rlz=1C1CHZN\\_ptBRBR963BR963&oq=psicologia+gen%C3%A9tica+consep%C3%A7%C3%B5es&aqs=chrome..69i57j33i10i160.7813j0j15&sourceid=chrome&ie=UTF-8](https://www.google.com/search?q=psicologia+gen%C3%A9tica+consep%C3%A7%C3%B5es&rlz=1C1CHZN_ptBRBR963BR963&oq=psicologia+gen%C3%A9tica+consep%C3%A7%C3%B5es&aqs=chrome..69i57j33i10i160.7813j0j15&sourceid=chrome&ie=UTF-8). Acesso em 12 jul. 2021.

MORTATTI, Maria Rosário Longo. História dos métodos de alfabetização no Brasil. (Conferência). **Seminário "Alfabetização e letramento em debate"**. Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Secretaria de Educação Básica. Ministério da Educação. Brasília, 27/04/2006. Disponível em <https://fbnovas.edu.br/site/wp-content/uploads/2019/02/Acervo%20em%20PDF/Hist%C3%B3rias%20dos%20M%C3%A9todos%20de%20Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em 12 jul.2021.

MORTATTI, Maria Rosário Longo. A “Política Nacional de Alfabetização” (Brasil, 2019): uma “guinada” (ideo) metodológica para trás e pela direita. **Revista Brasileira de Alfabetização- ABAIf**. v. 1, n. 10 (Edição Especial). Jul./Dez. 2019. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/358>. Acesso em 10 jul.2021. Acesso 25 mar. 2020.

ROCHA, Juliano Guerra, OLIVEIRA, Marília Villela de; SANTOS, Sônia Maria dos. A Política Nacional de Alfabetização – PNA: “do direito de criticar – do dever de não mentir, ao criticar”. **Revista Brasileira de Alfabetização - ABAIf** . v. 1 | n. 10 (Edição Especial) jul./dez. 2019. Disponível em <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/issue/view/17>. Acesso em 10 jul. 2021.

SANTANA, Juliana Silva; LUSTOSA, Francisca Geny. A Política Nacional de Alfabetização e a reinstauração da querela dos métodos de ensino: premissas de uma perspectiva de inclusão ou de exclusão escolar? *In*: CARNEIRO, Éverton Nery; LUSTOSA, Francisca Geny; GONZÁLEZ, Pedro Francisco (org.). **Investigação, engajamento e emancipação humana**. Campina Grande: Realize, 2020. p. 51-70. Disponível em <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/54587>. Acesso em 20mar.2021.

SANTOS, Jânio Nunes dos. SANTOS Adriana Cavalcanti dos. PINHEIRO, Viviane Caline de Souza. Política Nacional de Alfabetização: o foco na literacia e o silenciamento do letramento. **Muiraquitã: Revista de Letras e Humanidades**. UFAC, ISSN 2525-5924, v. 8, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/mui/article/view/3673/2604>. Acesso em 10 jul.2021.

SOARES, Magda. Concepções de Linguagem e o Ensino da Língua Portuguesa. *In*: BASTOS, Neusa Barbosa (Org). **Língua Portuguesa. Histórias, Perspectivas, Ensinos**. São Paulo: EDUC, 1998.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**. Jan /Fev /Mar /Abr 2004. Nº 25. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/89tX3SGw5G4dNWdHRkRxrZk/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 13 jul.2021.

SOUZA, João Francisco de. **Prática Pedagógica e Formação de Professores**. NETO, José Batista; SANTIAGO, Eliete (Orgs.). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Reflexões acerca da organização curricular e das práticas pedagógicas na EJA. **Curitiba Educar** - Editora UFPR, n. 29, p. 83- 100, 2007. Disponível em <https://www.scielo.br/j/er/a/hFjkmDxbZLwGBdLx8R4XhgS/?lang=pt&format=pdf> . Acesso em 22 jun.2021.

*A Política nacional de Alfabetização- Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019: na  
contramão da leitura e compreensão de mundo*

Recebido em: novembro/2022  
Aprovado em: julho/2023